

KANT E PUTNAM: RUMO À CONSTRUÇÃO DE UM REALISMO CRÍTICO*¹

Kant and Putnam: towards the construction of a critical realism

RICARDO NAVIA

Universidad de la República, Uruguay - UDELAR

naviamar@adinet.com.uy

Resumo: O objetivo deste artigo é mostrar que, para além das notórias semelhanças na orientação gnoseológica básica, as principais teses e métodos críticos de Hilary Putnam em sua argumentação contra o “realismo metafísico” têm uma grande influência e analogia com as teses e estratégias argumentativas kantianas. Para começar, há uma analogia no caráter bifrontal da discussão que Putnam leva adiante contra o realismo metafísico e contra o relativismo cultural; com a dupla polêmica que o Idealismo Transcendental de Kant desenvolveu, por um lado, contra o realismo indireto de Descartes e Locke e, por outro, contra o idealismo subjetivo de Berkeley. Em segundo lugar, Putnam sustentará que o realismo metafísico e o relativismo cultural se irmanam porque, ao desconhecerem as condições reais de construção e validação do conhecimento, pretenderão um falso apoio objetivo que, ao fracassar enquanto tal, remonta a ambas posições a adesão a explicações metafísicas infundadas. Analogamente, Kant resumirá seu duplo enfrentamento em um diagnóstico comum para seus dois contendores: falta de reconhecimento das condições epistêmicas do conhecimento. Por um lado, mostra as consequências cétricas da análise de Hume e, por outro, procura mostrar as consequências idealistas que derivam da teoria newtoniana do espaço e do tempo. Como consequência disso, depois de analisar outras inovações gnoseológicas de Kant, proponho que, ao final deste artigo, estejamos em condições de derivar algumas observações metafisológicas sobre certas modalidades gerais na evolução do pensamento filosófico.

Palavras-chave: realismo interno; idealismo transcendental; realismo metafísico.

Abstract: The fundamental aim of this article is to show that, besides obvious similarities between Internal Realism and Transcendental Idealism, Hilary Putnam's main theses and critical methods in his argumentation against "metaphysical realism" have a great influence and analogy with some of Kantian theses and argumentative strategies. To begin with, there is an analogy in the discussion that Putnam takes forward against metaphysical realism and against cultural relativism, with the double polemic that Kant's Transcendental Idealism developed, on the one hand, against the indirect realism of Descartes and Locke and, in the other hand, against Berkeley's subjective idealism. Furthermore, Putnam is going to support that metaphysical realism and cultural relativism have a common problem because they ignore the conditions of construction and validation of knowledge. Both are going to support their claims on a false objectivity which, having failed as such, pulls down both positions to

¹ (*) Trabalho apresentado no Colóquio “La vigencia de la filosofía de I. Kant a doscientos años de su muerte”, organizado pelo Instituto de Filosofia da Universidade da República, Montevideu, Uruguai, Junho de 2004. Tradução de Ester Maria Dreher Heuser e Eduardo Pellejero para la revista Humanidades en Revista, Unijuí, v.5 7, p.: 55-72, 2009.

metaphysical unfounded explanations. Analogous, Kant is going to summarize his double debate in a common diagnosis for his two contenders: lack of recognition of the epistemic conditions of knowledge. On the one hand, he tries to show the skeptical consequences of Hume's analysis; on the other hand, he tries to show the idealistic consequences that stem from the Newtonian theory of space and time. As consequence of all this, after analyze other innovations in Kant's theory of knowledge, I propose that we should be able to derive some metaphilosophical observations on certain general modalities in the evolution of philosophical thought.

Keywords: internal realism; transcendental idealism; metaphysical realism.

1. INTRODUÇÃO

Sendo Kant um pensador tão decisivo na história da filosofia, um pensador que em grande medida contribuiu para conformar a filosofia tal como hoje a conhecemos, o problema para abordar o tema de sua vigência atual talvez seja que existam demasiadas formas de apresentar tal vigência ou, ao menos, sua marca sobre o pensamento contemporâneo. Poder-se-ia mostrar sua repercussão sobre autores, sobre correntes, sobre métodos e, inclusive, antes de mais nada, sua marca sobre a conformação mesma dos problemas que integram a agenda da filosofia contemporânea.

Dentro desse variado panorama meu propósito é escolher um capítulo concreto da história recente da filosofia teórica e apreciar ali a magnitude e a direção da influência kantiana. O episódio escolhido será a argumentação de Hilary Putnam contra o que ele chama realismo metafísico, debate a partir do qual surgirá quase toda a obra deste pensador contemporâneo. Sobre essa argumentação, meu objetivo fundamental será mostrar que suas principais teses e métodos críticos – sem prejuízo da integração de temas e instrumentais tipicamente contemporâneos – têm uma grande influência das teses e estratégias argumentativas kantianas. Proponho-me, assim mesmo, que ao final deste artigo estejamos em condições de derivar algumas observações sobre certas modalidades gerais na evolução do pensamento filosófico.

2. PUTNAM CONTRA O REALISMO METAFÍSICO

Ao menos desde sua conferência de 1976, intitulada *Realismo e razão*, Putnam passa a criticar o realismo científico que, até então, havia defendido. Sustentará que há argumentos

decisivos para pensar que o chamado “realismo científico” é uma forma de realismo metafísico e que suas teses centrais resultam incoerentes no sentido que implicam conseqüências insustentáveis e contrárias a sua própria pretensão realista.

Segundo a análise de Putnam, as diversas formas do que ele engloba como realismo metafísico se caracterizam pela assunção de três teses básicas: a tese da independência, a tese da correspondência e a tese da unicidade-convergência. A tese da independência sustenta que o mundo consiste em uma totalidade fixa de objetos, com certas propriedades e relações definidas independentemente de nossas mentes e de nossas teorias. A tese da correspondência postula que há uma relação de correspondência entre o mundo e nossas crenças (e enunciados) que determina o valor de verdade destes. Por sua parte, a tese da unicidade significa que existe somente uma descrição completa e verdadeira da maneira que é o mundo, em direção à qual as teorias forjadas pela comunidade científica tenderão a convergir progressivamente.

2 a - Putnam e a tese da independência

A discrepância de Putnam frente à tese da independência provém do entendimento de que, ainda na suposição de que nossa relação cognoscitiva é com um mundo de entidades completamente independentes da mente e do discurso, não haveria forma válida de correlacionar as palavras com seus denotados. Tanto na conferência mencionada, como nos capítulos 1 e 2 de seu livro *Razão, verdade e história*, Putnam analisa e descarta as supostas fontes da relação de referência. Mostra, por exemplo, as insuficiências da teoria da referência baseada na similitude e da teoria baseada na relação causal entre palavras e objetos. A causa dessas insuficiências é a mesma em ambos os casos: há muitas relações possíveis de similitude, assim como há muitas relações possíveis de causalidade; por isso, determinar qual fundamenta a referência questionada é reproduzir (deslocadamente) o problema da referência. As teses clássicas parecem ter verossimilitude só porque, erroneamente, supomos ter um acesso independente à causação, quando na realidade a “relação pertinente de causalidade” não é um fato do mundo exterior, senão uma parte de nossa teoria.

Os realistas ingênuos, quando usam a expressão “relação pertinente de causalidade”, pressupõem que esta se auto-identifica; porém, a identificação da “relação pertinente” é, exatamente, o que precisa ser provado. Nesta argumentação se mostra que nem mesmo o

apelo aos constrangimentos operacionais ou teóricos consegue dar conta da referência, por razões já mostradas por Quine na obra *Relatividade ontológica*. Por outra parte, lembra Putnam, já Berkeley mostrou a consequência idealista de uma teoria da referência por similitude: “nada pode ser similar a uma sensação ou imagem salvo outra sensação ou imagem”;² de tal modo que, se o mecanismo da referência é a similitude entre nossas ideias e o que elas representam, então nenhuma ideia pode representar outra coisa que não seja uma ideia.

Por que, então, tanto a tese da independência como a da correspondência parecem, em princípio, ter a força do auto-evidente? Porque tendemos a assumir um certo realismo ingênuo que crê descobrir nas coisas (mundo e estados mentais) certas relações que, na realidade, somente nossa atividade introduz; ou, dito de outro modo, porque tendemos a acreditar que contemplamos a relação mundo–mente a partir de fora desta mesma relação; o que Putnam chama a ilusão do “Olho de Deus”. No entanto, para Putnam, os mencionados argumentos mostram que não é assim e que acreditar neles nos conduz a consequências claramente contraditórias com a convicção realista inicial. É justamente por um apelo a esses mecanismos subjetivos e inconducentes que este autor qualifica de metafísico o chamado realismo científico.

2 b - A alternativa internalista

Entretanto, do fato de que nenhum desses mecanismos aduzidos podem explicar a referência, Putnam não deriva que não exista a referência, isto é, que não tenhamos a capacidade prática de associar nossos pensamentos ou palavras aos objetos de nossa experiência. Porém, em sua concepção alternativa, os objetos não serão entidades independentes, mas objetos de nosso mundo da experiência, objetos “cortados” por nossos esquemas conceituais; logo, deste modo, o realismo de Putnam devirá um “realismo interno”. Além disso, o mecanismo de referência não será agora uma asséptica “similitude” objetiva nem um sucedâneo dela, mas mecanismos admitidamente matizados por nossas práticas e nossas normas (*standares*) intersubjetivas:

Os objetos não existem independentemente dos esquemas conceituais. Nós

² Berkeley, G. , *Tratado sobre los principios del conocimiento humano*, § 8.

cortamos o mundo em objetos quando introduzimos um ou outro esquema de descrição. Dado que os objetos e os signos são igualmente internos ao esquema de descrição, é possível dizer qual se corresponde com qual.³

Para nossos propósitos, é importante destacar que, nessa crítica ao realismo metafísico, Putnam recorre também a dois dos mais célebres argumentos wittgensteinianos, a saber: o argumento contra a linguagem privada e o argumento sobre seguir uma regra e, inclusive, ao teorema de Skolem-Lowenheim da teoria de modelos. Introduce o argumento contra a linguagem privada diante do fato de que alguns filósofos tentam salvar a teoria da verdade como correspondência e a teoria da referência por similitude, restringindo sua aplicação exclusivamente a sensações e imagens. Suponhamos que alguém se proponha a aplicar o signo E exclusivamente àqueles estados subjetivos que são qualitativamente idênticos a um estado X; se não especifica em qual aspecto o novo estado deverá ser similar a X, então seu propósito é vão, porque muitos estados serão similares a X em diversos aspectos. Se, pelo contrário, o sujeito especifica o aspecto requerido, então, posto que o sujeito é capaz de pensar este pensamento, então ele dispunha já de uma forma de referir-se às sensações para as quais se supunha que estava procurando introduzir o termo. Portanto, assim como não era possível fundar a referência na similitude ou na relação causal, tampouco é possível uma fundação (subjetiva) privada da referência.

No entanto, temos a capacidade de nos referir a nossas sensações, por isso esse argumento mostra que não ganhamos tal capacidade mediante um mecanismo privado de similitude. De modo convergente, o argumento sobre seguir uma regra mostra que um signo não pode autodefinir o conteúdo do conceito que representa. Seguindo o segundo Wittgenstein: só “a prática fixa a interpretação”.⁴

2 c - Putnam e a correspondência

Passemos agora à segunda tese do realismo metafísico: a tese da correspondência. Com base nos argumentos já resenhados, novamente aqui a posição de Putnam será de que a correspondência não se estabelece com objetos independentes de nós senão com os objetos da experiência, na prática desta e fazendo uso de normas intersubjetivas que fixam a referência

³ Putnam, H., *Razón, verdad e historia*, p.52.

⁴ Idem, p. 76.

cortando os objetos, do mesmo modo que fixam os critérios de aceitabilidade racional que definem a verdade. Porém, a verdade não é já uma relação quase-ontológica entre enunciados e objetos independentes, senão um *status* outorgado por nossas normas essencialmente intersubjetivas operando sobre enunciados e objetos de nossa experiência, também “recortados” por esse mesmo tipo de pauta. Sintetizando a posição de Putnam sobre as duas teses: cai a tese da independência porque a relação não se estabelece com objetos independentes de nós, senão com objetos dependentes de nossas pautas cognitivas; e cai a correspondência porque, se há tal correspondência, esta não é nenhuma relação “descoberta”, senão uma relação estabelecida pelos critérios intersubjetivos, ainda quando se admite que estes atuam sobre um material externo. Ao tratar-se de uma relação intersubjetivamente estabelecida, operando sobre objetos intersubjetivamente construídos (sem descartar *inputs* externos), a teoria passa a ser uma teoria basicamente coerencialista.

A verdade (...) é algum tipo de aceitabilidade racional (idealizada) – algum tipo de coerência ideal de nossas crenças entre si e com nossas experiências como tais experiências são representadas em nosso sistema de crenças – e não uma correspondência com “estados de coisas” independentes da mente ou do discurso.⁵
(...) O que faz com que um enunciado, (...) – uma teoria ou um esquema conceitual – seja racionalmente aceitável é, em boa parte, (...) a coerência das crenças “teóricas” (...) entre si e com as crenças mais experienciais.⁶

Fica ainda a terceira tese básica que Putnam identifica no realismo metafísico, a tese da unicidade-convergência. Segundo esta tese, existe uma única descrição completa e verdadeira da maneira como é o mundo. Como é previsível, esta tese será desgastada pelas críticas às outras duas teses. O realismo interno sustentará que não tem sentido perguntar de quantos e quais objetos constam o mundo com independência do esquema conceitual a partir do qual estejamos falando. Em *Representação e realidade*, Putnam vai propor um experimento mental sobre o número de objetos que existem em uma certa habitação. Serão 3 se escolhermos a versão de Carnap e 7 se escolhermos a lógica de Lesniewsky, que admite como objetos as sumas mereológicas. Putnam conclui:

Não temos noções da “existência” de coisas ou da verdade de enunciados que sejam independentes das versões que construímos e dos procedimentos e práticas que dão sentido nestas versões ao fato de falar de “existência” e “verdade” (...). Postular um conjunto de objetos “últimos” (...) cuja “existência” é absoluta, não relativa a nosso

⁵ Idem, p. 49-50.

⁶ Idem, p. 64.

discurso, e uma noção de verdade como “correspondência” com estes Objetos Últimos é simplesmente reviver toda a empresa falida da metafísica tradicional.⁷

Porém, nem tudo é exclusivamente linguagem. Esclarece Putnam: “podemos e devemos insistir que existem fatos que estão aí para serem descobertos e não meramente legislados por nós”.⁸

3 - Kant: contra o realismo ingênuo e contra o idealismo de Berkeley

3 a - Kant: o quadro polêmico de partida

Como adiantávamos no começo, o propósito básico deste trabalho é mostrar que – como o reconhece o próprio Putnam – sua argumentação, contra o realismo metafísico e contra o relativismo cultural, encontra seu primeiro antecedente na discussão que Kant desenvolveu no século XVIII contra diversos realismos e idealismos de sua época.

Para começar, há uma analogia no caráter bifrontal da discussão que o Idealismo Transcendental de Kant desenvolveu, por um lado, contra o realismo indireto de Descartes e Locke e, por outro, contra o idealismo subjetivo de Berkeley. O primeiro (que Kant qualifica como “idealismo problemático”) sustenta que só conhecemos nossas sensações e, por inferência, os objetos que as causam; o segundo (que Kant chama “idealismo dogmático”) nega a existência da realidade externa (B274).

Constatada esta primeira semelhança, cabe agora analisar a atitude de Kant com respeito a, ao menos, duas das teses básicas do realismo ingênuo de sua época (a tese da independência e a tese da correspondência). Para este propósito será necessário – e isto não deixa de ser significativo – apoiarmo-nos na chamada “interpretação epistêmica” que, desde 1983, Henry Allison⁹ tem formulado com respeito ao idealismo transcendental de Kant, contra a interpretação tradicional consolidada por Prichard¹⁰ e, ainda, alentada por Peter Strawson - especialmente em *The Bounds of Sense*.¹¹

⁷ Putnam, H. , Why Reason Can't Be Naturalized?, In.: *Realism and Reason*, Philosophical Papers, vol.3, Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 230-231.

⁸ Putnam,H., *Representación y realidad*, p. 175.

⁹ Allison, H., *El idealismo trascendental de Kant*. Una interpretación y defensa, Barcelona: Anthropos, 1992.

¹⁰ Prichard, H.A., *Kant's Theory of Knowledge*. Oxford: Clarendon Press, 1909.

¹¹ Strawson, P. , *The Bounds of Sense: An Essay on Kant's Critique of Pure Reason*, London, Methuen, 1966.

3 b - A interpretação da “condição epistêmica”

Segundo a visão convencional, o Idealismo Transcendental é uma teoria metafísica que sustenta a incognoscibilidade do “real” (a coisa em si) e limita o conhecimento à esfera meramente subjetiva das representações (aparências). Trata-se, em geral, de uma interpretação subjetivista, psicologista e fenomenista da concepção de Kant. Limitando o conhecimento aos fenômenos, colapsa toda possibilidade de conhecimento genuíno e, em lugar de dispor de uma arma contra o ceticismo de Hume, como era sua intenção, cai em um novo cartesianismo cético.

Para Allison, essa interpretação tradicional está basicamente desencaminhada, porque não contempla a rigorosa e fundamental distinção que Kant estabelece entre o sentido empírico e o sentido transcendental em relação a quatro conceitos básicos: o de idealidade, o de realidade, o de fenômeno e o de coisa em si.

Sem poder dar conta aqui dos oito conceitos envolvidos e por conta de posteriores explicações mais amplas, digamos que: se interpretarmos a tese kantiana da limitação do conhecimento às aparências no sentido transcendental, isto é, no sentido de que todo conhecimento está limitado pelas condições *a priori* do aparato cognitivo humano, então a concepção kantiana já não implica uma cética limitação ao conhecimento de aparências, mas a tomada de consciência das condições em que necessariamente se constrói todo conhecimento humano ainda mesmo em seus mais altos graus de validade objetiva. Logo, se, com efeito, existem tais condições, não caberia catalogar de cética a tese que explicita tal conhecimento.

3 c - Kant frente à independência

Baseando-nos na interpretação epistêmica, a ruptura de Kant com respeito à tese da independência é o ponto central do Idealismo Transcendental. Implica isto negar a existência das coisas externas à nossa mente?

Kant denominará “realismo transcendental” a forma ingênua de realismo da qual quer se distanciar. À parte de uma célebre passagem na qual o qualifica de ilusão (A543/B571), Kant caracteriza explicitamente o realismo transcendental somente em duas oportunidades: ambas na *Dialética transcendental*, bem como em contraste com o “idealismo

transcendental”. No *Quarto paralogismo*, escreve: “O realista transcendental se representa os fenômenos exteriores (no caso em que admita a realidade) como coisas em si mesmas, existentes com independência de nós e de nossa sensibilidade” (A369). Frente a isso, define o idealismo transcendental como “a doutrina segundo a qual todos os fenômenos são considerados como meras representações e não como coisas em si mesmas” (A369). E, em *Antinomias da razão pura* o define como a doutrina segundo a qual “*todos os objetos de uma experiência possível não são senão aparências, quer dizer, meras representações, as quais, na forma em que são representadas, como seres extensos ou como série de mudanças, não têm existência independente fora de nossos pensamentos*” (A490-491/B518) [grifos do autor (NT)].

Especialmente a formulação do *Quarto paralogismo* pode prestar-se a uma interpretação idealista-subjetivista; no entanto, parece claro que existem numerosos argumentos e passagens que podem respaldar uma interpretação realista como a que vimos tentando. Para começar, o fato mesmo de que essa passagem se inscreve dentro de uma refutação ao idealismo empírico. Melhor, a que aqui fica esboçada é a ideia básica do idealismo transcendental, a saber, que não conhecemos objetos independentes senão objetos da experiência matizados por nossas formas *a priori* da sensibilidade e do entendimento. Basta reparar na frase grifada para apreciar que nada se está dizendo sobre o estatuto ontológico das coisas em si.

No Apêndice dos *Prolegômenos*, Kant prefere que o idealismo transcendental seja chamado “idealismo formal ou, melhor ainda, idealismo crítico”, para que se o distinga tanto do “idealismo dogmático de Berkeley como do idealismo cético de Descartes” (9 AK, iv, 375.). E, ainda é muito mais claro em uma nota (k) agregada ao pé (B519) na segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, quando, em relação à citada definição do *Quarto paralogismo*, expressa: “Também o chamei às vezes de idealismo *formal* para distingui-lo do *material*, isto é, do comum, que duvida da existência das próprias coisas exteriores ou a nega”.

Trata-se de um “idealismo formal”, “no sentido de que é uma teoria sobre a natureza e o alcance das condições (ou “formas”) sob as quais os objetos podem ser experimentados ou conhecidos pela mente humana”.¹² Portanto, a tese não é que os objetos não tenham existência independente (como as idéias de Berkeley ou os *sense data* dos fenômenistas) mas que a existência não pode ser atribuída a eles “na maneira em que são representados”. A tese básica

¹² Allison, 1992, p. 62.

– que Allison chama de a condição epistêmica – é a de que todo objeto de experiência reflete mais a estrutura cognitiva da mente que a natureza do objeto em si mesmo. “Afirmar o contrário – explicita Allison – é assumir que a mente pode, de alguma maneira, ter acesso a um objeto (...) independentemente dos mesmos elementos que têm sido estipulados como condições de possibilidade para fazer isto”.¹³

Se o giro copernicano implica, segundo Kant, adotar uma posição antropocêntrica, o que se está abandonando é uma posição teocêntrica (*sub specie aeternitatis*), uma posição na qual a relação de conhecimento se concebe como contemplada a partir do que Putnam rechaça como o “olho de Deus”. Fica, pois, claro o distanciamento de Kant com respeito à tese da independência.

3 d - Kant e a correspondência

Passemos agora a considerar o que ocorre na teoria kantiana com a tese da correspondência. Putnam reconhece que Kant formulou uma definição da verdade que aceita a correspondência. Foi na *Lógica Transcendental* e diz: “*Que é verdade? Se concede e se pressupõe a definição nominal de verdade, a saber, a conformidade do conhecimento com seu objeto*” (A59/ B82) [grifo do autor (NT)]. Porém, Putnam entende que, uma vez que Kant abandonou a concepção de um realismo ingênuo (realismo transcendental que conduz a idealismo cético), Kant já não crê, nem pode crer, em um isomorfismo entre nossas ideias e as coisas em si mesmas, mas que evolui em direção a um isomorfismo abstrato entre nossas ideias e as aparências. Efetivamente, na mesma página lemos:

Um critério universal de verdade seria aquele que tivesse validade para todos os conhecimentos, independentemente da diversidade de seus objetos. Agora bem, dado que nesse critério se abstrai de todo conteúdo do conhecimento (...) e verdade se refere precisamente a este conteúdo (...) fica impossível se assinalar um critério de verdade que seja, de uma só vez, suficiente e universal (A58/B83).

E, logo a seguir, aparece o que Putnam crê ver como um esboço de uma concepção coerencialista da verdade: “ninguém pode atrever-se a formular juízos sobre os objetos (...) antes de ter obtido informação fidedigna (...), a fim de tratar de ligar e de utilizar logo tal

¹³ Idem, p. 63.

informação em um todo coerente” (A60/B85). Mais ainda: Ralph Walker¹⁴, que concorda com Putnam que Kant alenta uma teoria coerencialista da verdade, cita uma passagem das *Reflexões* que nos orienta no mesmo sentido: “Porque a verdade consiste simplesmente na permanente conexão de representações de acordo com as leis do entendimento.”

Se, então, Kant considerava que a verdade é correspondência, porém que isso não significa que nos aproximemos dela através de um procedimento de constatação, resulta que estamos diante da pré-figuração de uma tese formulada por Davidson em nossos dias.

4 - Kant e Putnam: diagnóstico comum contra contendores de distinto signo.

4 a - Outras analogias metodológicas

Em primeiro lugar, do mesmo modo que Putnam, Kant nos adverte de que o realismo transcendental é tão inconsistente que deriva em seu contrário. Diz Kant na mesma passagem do *Quarto paralogismo*:

Este realista transcendental é, propriamente, aquele que, em seguida, desempenha o papel de idealista empírico e, após ter falsamente pressuposto que, se os objetos dos sentidos devem ser externos, necessariamente devem ter uma existência em si mesmos e independente dos sentidos, acha insuficientes, neste ponto de vista, todas as nossas representações dos sentidos para tornar certa a realidade desses mesmos objetos (A369).

Uma segunda analogia metodológica tem sua raiz no tipo diagnóstico que ambos realizam com respeito à origem das posições que enfrentam. Putnam sustentará que o realismo metafísico e o relativismo cultural se irmanam, porque, ao desconhecem as condições reais de construção e validação do conhecimento, pretenderão um falso apoio objetivo – os objetos independentes no realismo e as pautas culturais no relativismo – que, ao fracassar como tal, faz recusar ambas as posições para a adesão a explicações metafísicas não fundamentadas. Analogamente, Kant resumirá seu duplo enfrentamento em um diagnóstico comum para seus dois contendores. Por um lado, intenta mostrar que as consequências céticas das análises de Hume se originam pela não-distinção entre as condições psicológicas e as condições epistemológicas do conhecer. Por outro, procura mostrar que as consequências idealistas derivadas da teoria newtoniana do espaço e do tempo são o resultado de uma

¹⁴ Walker, Ralph, *The Coherence Theory*, In.: M.P. Lynch, ed., *The Nature of Truth*, MIT/Bradford, 2001.

confusão entre as condições ontológicas e as condições epistêmicas: “as duas classes de confusões representam duas caras da mesma moeda, isto é, a falta de reconhecimento do papel de um conjunto distintivo de condições epistêmicas no conhecimento humano”.¹⁵

Em outro lugar se faz o contraste do realismo transcendental com o idealismo transcendental é na célebre passagem do “giro copernicano” no Prefácio da segunda edição da *Crítica da Razão Pura*. É interessante reparar ali que se fala de “hipótese copernicana” e da “possibilidade” de certas condições epistêmicas. É que o giro copernicano é apresentado como um suposto (B XX-XXI) que só se confirmará por seu êxito no tratamento das antinomias.

Por último, também há uma analogia metodológica ao fundamentar sua crítica e sua alternativa em uma *reductio*, que provará suas hipóteses, assim como, por exemplo, a prova da hipótese básica do idealismo transcendental, anunciada com este caráter já no prefácio (B XX-XXI). Efetivamente, as *Antinomias da razão pura* serão o lugar de prova da “hipótese” básica do idealismo transcendental, bem como o lugar do enfrentamento decisivo do idealismo transcendental com o realismo transcendental. Ali Kant mostra que, ao considerar os problemas cosmológicos, a razão conduz a antinomias (respostas contraditórias igualmente forçadas); porém, a contradição desaparece se se descobre o postulado do realismo transcendental que está na origem desses problemas. Logo, dado que realismo transcendental e idealismo transcendental são alternativas exaustivas e mutuamente excludentes, isto constitui uma refutação direta do realismo transcendental e uma prova indireta da hipótese meta-filosófica do idealismo transcendental. Recorde-se que também Putnam operava com base numa *reductio* ao demonstrar as problemáticas consequências do realismo metafísico em temas de referência e verdade. De algum modo, podemos dizer que a saga da referência e a verdade de Putnam – incluindo seu notório “Cérebros em uma cuba” - constituem uma versão aprofundada e “linguisticizada” da discussão kantiana sobre realismo e idealismo que se desenvolve em quase toda a *Crítica da Razão Pura*.

5 - Outras contribuições centrais

O novo nível que o realismo atinge com Kant não está configurado exclusivamente pela ideia básica de que não copiamos supostas propriedades intrínsecas de objetos

¹⁵ Allison, p. 44.

independentes, mas também que construímos objetos com base em certas condições epistêmicas inevitáveis; a teoria kantiana contribui também para outras inovações fundamentais sobre a forma pela qual concebemos o conhecer humano. Resenhemos, ainda que sinteticamente, algumas das principais inovações.

Para começar, a separação kantiana da tese da independência se completa com sua ruptura com a ideia da distinção (radical) entre propriedades primárias (intrínsecas) e propriedades secundárias (dependentes dos sujeitos). Kant foi o primeiro filósofo que concebeu as propriedades como essencialmente relacionais, com o que desferiu um decisivo golpe, compartilhado pela filosofia contemporânea, à ideia das propriedades intrínsecas, pedra fundamental da metafísica clássica (ainda que se deva reconhecer que há passagens da *Crítica da Razão Pura* nas quais se mantém essa distinção, por exemplo em: A28-29 e B44-45).

Em segundo lugar, Kant supera totalmente a ideia de *sense-data* como unidades originárias de nosso conhecimento, e, bem pelo contrário, postula que experimentamos objetos já formados, com o que se adianta a explorações tipicamente contemporâneas, desde a Gestalt até as teses de W. Sellars em *Ciência, percepção e realidade* sobre a estruturação lingüística de nossos insumos perceptivos.

Em terceiro lugar: ao fazer o anterior, Kant abandona, além disso, a ideia de buscar nesses elementos supostamente “externos” o esquivo apoio para a objetividade, com o que, de alguma maneira, abre caminho a toda saga de rebeliões contra os dogmas do empirismo (Quine, Davidson) que marcam boa parte da filosofia contemporânea. Ao contrário, postulando a necessidade de um aparato *a priori* que proporcione objetividade, ao mesmo tempo que processa qualquer experiência sensível de objetos, Kant começa a fazer uso de um certo “holismo” “na explicação do inter-jogo de intuição e conceituação”. Por certo que hoje – nós, pretensos pós-hegelianos e pós-marxistas – já não concebemos esse “aparelho *a priori*” de modo a-histórico, universalista e individualista em que Kant o pensou, porém seu pensamento inaugurou a ideia de esquemas construtivos de nossa experiência, ideia que depois seria capaz de enquadrar vários constructos teóricos: da psicologia (nas estruturas cognoscitivas de Piaget), da antropologia (na tese Sapir-Whorf), da história da ciência (na ideia kuhniana de paradigmas), etc., que constituem elementos centrais do pensamento contemporâneo. E, inclusive – pela dinâmica dialética das ideias –, até a recente tese davidsoniana de negação da existência dos esquemas conceituais se desenvolveria contra a base dessa ideia originariamente kantiana.

Em quarto e último lugar, a intrincada explicação de Kant na *Dedução Transcendental* sobre o modo em que os juízos adquirem *status* de validade objetiva, além de vários pontos obscuros, tirou o tema da objetividade do nível de uma simples síntese subjetiva de representações para elevá-lo ao nível da interação dos *inputs* externos com nosso aparato cognitivo como um todo; prefigurando, inclusive, a ideia hegeliana que alenta na célebre frase de Putnam: “a mente e o mundo constroem conjuntamente a mente e ao mundo”.¹⁶

Assim mesmo, a complexa argumentação da *Refutação do Idealismo* (ao final da *Análítica dos Princípios*) de que a noção de mim como tendo experiências, pressupõe um objeto externo permanente no tempo, e, na *Dedução Transcendental*, de que a noção de um objeto pressupõe um conceito de unidade que só pode originar-se no sujeito, consolidam na teoria kantiana uma concepção de imbricação entre sujeito e objeto, que será uma idéia-chave de concepções muito posteriores em Husserl e no segundo Wittgenstein, e que é uma forma característica dos argumentos anti-céticos contemporâneos.

6 - Conclusões

Acreditamos que deste modo apresentamos a nossa ideia principal, a saber: que as situações polêmicas enfrentadas por Kant e por Putnam têm várias semelhanças, assim como o têm as orientações básicas de suas respostas e algumas de suas estratégias argumentativas. Só este fato, passados duzentos anos da morte do filósofo, já estaria provando sua vigência. Porém, além disso, esta revisão comparativa de problemas e respostas nos dá a oportunidade de observar outras três características destacáveis da dinâmica filosófica.

Em primeiro lugar, que há certa interação e paralelismo entre os logros da filosofia sistemática e os da historiografia filosófica. Não pode dever-se ao mero acaso, que a interpretação historiográfica, que nos permite apreciar o valor do aporte kantiano para a polêmica analisada (a interpretação epistêmica de H. Allison), surja no mesmo momento em que tal polêmica se reabre e vários filósofos trabalham em uma direção análoga à qual – agora vemos – trabalhava o pensamento de Kant.

Em segundo lugar, o fato de que a argumentação de Putnam integra com proveito argumentos e instrumentais tipicamente contemporâneos sobre uma ideia básica já de velha data, estaria mostrando algumas outras características peculiares da dinâmica filosófica, a

¹⁶ Putnam, 1988, p. 13.

saber: A) que estamos e, talvez, não estamos, frente aos mesmos problemas. Porque, por um lado, há um fundo comum de problemas e de respostas, e, por outro, sua abordagem, efetuada através de novos argumentos e novos instrumentos, em boa medida, redimensiona o problema; B) que a dinâmica filosófica apresenta a particularíssima característica de “progredir” e de manter-se estável ao mesmo tempo; porque, por um lado, se mantém um transfundo problemático e algumas teses básicas, porém, por outro, a aparição e aplicação de novos instrumentos e estratégias argumentativas redimensiona os problemas e aprofunda as análises e as respostas.

Referências Bibliográficas

ALLISON, H. *El idealismo tras cendental de Kant. Una interpretación y defensa*, Barcelona: Anthropos, 1992.

KANT, I. *Critique of Pure Reason*, Trad. Norman Kemp Smith. New York: St. Martin's Press, 1965.

KANT, I. *Crítica de la Razón Pura*. Madrid: Alfaguara, 1994.

PRICHARD, H.A., *Kant's Theory of Knowledge*. Oxford: Clarendon Press, 1909.

PUTNAM, H. Why Reason Can't Be Naturalized?. In.: *Realism and Reason*. Philosophical Papers, vol.3, Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 230-231.

_____. *Representación y realidad*. Barcelona: Gedisa, 1990.

_____. *Razón, verdad e historia*. Madrid: Tecnos, 1988.

QUINE, W. *La relatividad ontológica y otros ensayos*, Tecnos: Madrid 1986.

SELLARS, W. *Ciencia, percepción y realidad*. Trad. V. S. de Zavala. Madri: Editorial Tecnos, 1971.

WALKER, R. The Coherence Theory, In.: M.P. Lynch, ed., *The Nature of Truth*, MIT/Bradford, 2001.